

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda teve conhecimento, através de informações que fizeram chegar ao nosso Grupo Parlamentar, de que existem recém-nascidos a saírem das maternidades sem efetuar o registo no espaço “Nascer Cidadão”.

Segundo aquilo que tem sido prática comum ao longo dos anos, os recém-nascidos não saem das maternidades sem que seja efetuado o devido registo. Nesse momento de registo é atribuído ao bebé o número de identificação civil, de utente e de identificação fiscal, assim como outros dados relevantes.

Sabemos que, devido à pandemia de Covid-19, estes espaços encontram-se encerrados, sendo necessário realizar agendamento para efetuar o pedido inicial de Cartão do Cidadão.

Este agendamento está, de acordo com as informações que temos, a demorar bastante tempo (cerca de 4 meses no caso que nos fizeram chegar). Importa lembrar que, posteriormente a esse pedido, é ainda necessário esperar pela emissão do cartão, sendo que, durante esse período, o bebé fica sem número de utente.

Embora seja verdade que não são recusados cuidados de saúde por falta de número de utente, existe a impossibilidade da prescrição de receituário por parte dos médicos. Isto traduz-se, não só, na impossibilidade de ter comparticipação nos medicamentos, mas também na total impossibilidade de adquirir medicamentos sujeitos a receita médica.

No caso que nos fizeram chegar, o pai de um recém-nascido dá conta de que o seu filho deveria ter tomado uma vacina com 2 meses, que lhe foi totalmente impossível adquirir por falta de receita. Segundo a denúncia, o pai tentou recorrer a várias entidades, tendo todas sido incapazes de lhe fornecer o número de utente.

O Bloco de Esquerda defende, por isso, que estes espaços “Nascer Cidadão” sejam postos em funcionamento, garantindo todas as condições de segurança para utentes e trabalhadores. Desta forma é possível evitar estes atrasos gerados pelo agendamento e todas as dificuldades

que as famílias sentem pela falta do número de utente.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Saúde, as seguintes perguntas:

1. Tem o Ministério da Saúde informações sobre a reabertura normal dos espaços “Nascer Cidadão”?
2. Tem a tutela conhecimento destes atrasos? Se sim, o que está a ser feito para os corrigir?
3. Tem o Governo noção do número de crianças que ainda se encontram sem acesso a este registo?

Palácio de São Bento, 4 de maio de 2021

Deputado(a)s

MOISÉS FERREIRA(BE)